



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS BRASILEIROS RETRATADA NOS ÍNDICES
SERASA E PISA E AS AÇÕES DOS PODERES PÚBLICOS QUE VISAM SUA
PROMOÇÃO**

EMANUELLE GIULIANA LEAL DE CARVALHO

Seropédica

2023

EMANUELLE GIULIANA LEAL DE CARVALHO

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS BRASILEIROS RETRATADA NOS ÍNDICES
SERASA E PISA E AS AÇÕES DOS PODERES PÚBLICOS QUE VISAM SUA
PROMOÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr Caio Peixoto Chain

Seropédica

2023

TERMO DE APROVAÇÃO

EMANUELLE GIULIANA LEAL DE CARVALHO

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS BRASILEIROS RETRATADA NOS ÍNDICES SERASA E PISA E AS AÇÕES DOS PODERES PÚBLICOS QUE VISAM SUA PROMOÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração Pública.

Trabalho aprovado em: 19 de julho de 2023.

Dr. Caio Peixoto Chain
Professor, DAP, UFRRJ

Dra. Deise Luce de Souza Marques
Professora, DAP, UFRRJ

Dra. Vera Regina Ramos Pinto
Professora, DAP, UFRRJ

Seropédica
2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles a quem esta pesquisa possa ajudar de alguma forma. A Administração Pública é movida por pessoas, e foi pensando nelas que foi posta toda minha dedicação que vi ao longo dos anos em cada um dos professores deste curso, a quem também dedico este trabalho.

Agradecimentos

Agradeço por todo o ensinamento e suporte dado pelo orientador Caio Peixoto Chain para a conclusão deste trabalho. Agradeço também à Coordenação do curso que sempre esteve disposta a atender aos alunos e, em primordial, a minha família por ter me dado a base para alcançar meu sonho acadêmico.

(Emanuelle Carvalho, 2023, p.)

CARVALHO, Emanuelle. **A educação financeira dos brasileiros retratada nos índices SERASA e PISA e as ações dos poderes públicos que visam sua promoção**. 45p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Departamento de Administração Pública, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.

Resumo

O presente trabalho apresenta como eixo temático uma análise acerca da educação financeira da população brasileira tomando por base os resultados extraídos dos índices emitidos pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) e pela SERASA. Esses dados permitem perceber que a educação financeira dos brasileiros não se encontra bem não possuindo os alunos noções elementares de matemática financeira. Nesse sentido, a temática da pesquisa se mostra atual e relevante à medida que se considera a crise econômica herança das medidas de isolamento social realizadas no período da pandemia. Como consequência imediata, o país registra os mais altos índices de inadimplência e superendividamento já registrado. A questão que norteia a pesquisa pode ser concluída da seguinte forma: em que sentido a educação financeira ou a sua falta contribuem para o endividamento da população? O objetivo do projeto consiste, portanto, em relacionar o endividamento da população e a qualidade da educação financeira recebida. A metodologia utilizada possui caráter descritivo e como procedimento foi adotado a pesquisa bibliográfica. Como resultados a serem obtidos, espera-se demonstrar com clareza que quanto mais ampla e presente for a educação financeira presente na educação básica, mais independente financeiramente podem se tornar os cidadãos, mais autônomos e livres se tornam face ao uso consciente do dinheiro e do consumo.

Palavras-chave: Finanças. Consumo. Endividamento. Alfabetização financeira.

CARVALHO, Emanuelle. **The financial education of Brazilians portrayed in the SERASA and PISA indexes and the actions of the public authorities that aim to promote it.** 45p. Final Paper (Graduation in Public Administration) – Department of Public Administration, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.

ABSTRACT

The present work presents as its thematic axis an analysis about the financial education of the Brazilian population based on the results extracted from the indexes issued by the Program for International Student Assessment (PISA) and SERASA. These data allow us to perceive that the financial education of Brazilians is not well, and the students do not have elementary notions of financial mathematics. In this sense, the theme of the research is current and relevant as the economic crisis is considered as a legacy of the social isolation measures carried out during the pandemic. As an immediate consequence, the country has the highest rates of delinquency and over-indebtedness on record. The question that guides the research can be concluded as follows: in what sense does financial education or its lack contribute to the indebtedness of the population? The objective of the project is, therefore, to relate the indebtedness of the population and the quality of the financial education received. The methodology used has a descriptive character and as a procedure the bibliographic research was adopted. As results to be obtained, it is expected to demonstrate clearly that the broader and more present the financial education present in basic education, the more financially independent citizens can become, the more autonomous and free they become in the face of the conscious use of money and consumption.

keywords: finance. Consumption. Indebtedness. Financial literacy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Publicações sobre Educação Financeira no intervalo entre os anos de 1999 a 2020**Erro!**

Indicador não definido.

Figura 2. Evolução no número de inadimplentes no Brasil no último ano.....34

Figura 3. Média de desempenho dos estudantes em alfabetização financeira por país
avaliado.....35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Projetos de lei no Congresso Nacional sobre o tema da educação financeira.....	27
Quadro 2. Ranking de desempenho em educação financeira – PISA 2018.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CONEF	Conselho Nacional de Educação Financeira
COREMEC	Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Providência e Capitalização.
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
OCDE	Organização para a cooperação e desenvolvimento econômico.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 OBJETIVOS	13
1.2 JUSTIFICATIVA.....	13
2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: CONCEITO E IMPLICAÇÕES NA SOCIEDADE.....	15
2.1 Conceito de Educação Financeira	15
2.2 Educação Financeira como Suporte Essencial ao Planejamento Financeiro	20
3 AÇÕES PÚBLICAS EM PROL DE UMA EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASILEIRO	23
3.1 A Educação Financeira na LDB e na BNCC	23
3.2 A ENEF	27
3.3 A Realidade da Falta de Educação Financeira no Brasil	32
3.3.1 Fatores que Contribuem para o Endividamento dos Brasileiros	36
4 METODOLOGIA	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

A implementação de uma política de crédito mais democrática ocorrida a partir do início dos anos 2000 no país, embora tenha possibilitado aos brasileiros um maior acesso aos bens de consumo, contribui para um crescente cenário de endividamento em massa da população. Esse problema “foi agravado pela pandemia de COVID-19, pelas altas taxas de desemprego e juros, tornando-se como consequência uma situação crônica nacional, com recordes na taxa de endividados passando da casa de 70% da população” (SILVA JUNIOR, 2022, p. 79). Especialistas na área, no entanto, apontam que um dos fatores para se entender esse fenômeno reside na baixa alfabetização financeira da população. Estudos mostram que a educação financeira no Brasil é menos desenvolvida do que em países como os Estados Unidos e Inglaterra. Compara-se, por exemplo, que “nos Estados Unidos o tema é difundido em alguns estados obrigatoriamente no ensino médio e 72% dos bancos ali presentes promovem programas voltados a educação financeira de seus clientes”(CARLO; CARVALHO, 2019, p. 04).

É inserida nessa conjuntura que o presente trabalho apresenta como temática uma análise acerca da educação financeira no Brasil adotando como parâmetros dados divulgados pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) e pela SERASA. E a partir desses dados, pontuar a necessidade de que a educação financeira torne-se de fato uma política pública nacional capaz de oferecer boa formação financeira para a população brasileira. O problema que norteia a presente pesquisa consiste no seguinte questionamento: em que medida a falta de educação financeira da população impacta em uma situação de desequilíbrio financeiro que resulta em endividamento?

O trabalho está organizado em dois capítulos por meio dos quais se procurou traçar um caminho didático em que a apresentação dos conceitos importantes fosse realizada de modo simples, conciso e objetivo. O primeiro capítulo apresenta os conceitos de educação financeira sua inserção na realidade social. A apreensão do conceito se fará de modo peculiar, pois o leitor pode de fato ter a percepção do real sentido do termo a partir da demonstração dos efeitos trazidos pela sua ausência.

O segundo capítulo se deterá em analisar as políticas públicas brasileiras voltadas à promoção da educação financeira entre a população brasileira. Após uma sintética abordagem sobre a educação financeira na legislação que rege a estrutura da educação no país, será apresentada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e as legislações que visam salvaguardar o cidadão em estado de endividamento.

1.1 Objetivos

Geral

Analisar a importância da educação financeira ofertada à população brasileira como instrumento para um autêntico combate ao endividamento e auxílio para o equilíbrio financeiro.

Específicos

- 1) Investigar quais os principais fatores que favorecem o superendividamento das famílias brasileiras e as consequências desse fenômeno para a economia como um todo.
- 2) Compreender a partir do baixo desempenho dos estudantes brasileiros em provas acerca de educação financeira, a necessidade de uma presença dessa disciplina como componente curricular da educação básica.
- 3) Observar a importância de mecanismos legais que visam combater o endividamento das famílias e a difusão da importância da educação financeira.

1.2 Justificativa

A proposta temática dessa pesquisa se justifica por sua visível relevância social, e também por impactar diretamente todos os setores da economia do país. A fragilidade da economia do Brasil se reflete em todos os setores e agrava o cenário de endividamento da população. Dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, revelou que a inflação elevou os “custos essenciais para a população brasileira de baixa renda. A pesquisa mostrou que essa população, passou a ter 61,2% de suas rendas comprometidas com gastos básicos, sendo 22% destinado a alimentação e 39,2% voltados para habitação” (FERREIRA, 2022a, p. 10).

O aumento de gastos básicos combinado aos diversos fatores que provocam variações na condição financeira dessas pessoas, revelam a sua fragilidade, pois ao tentar suprir as necessidades básicas, acabam por comprometer mais de seus escassos recursos e elevar o nível de suas dívidas. A gestão financeira pessoal fica, portanto, comprometida, porque muitas vezes falta à população os

conhecimentos mais básicos que envolvem as finanças. A educação financeira, pode, nesse sentido, atuar como importante ferramenta para a mudança de realidade desses indivíduos.

2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: CONCEITO E IMPLICAÇÕES NA SOCIEDADE

2.1 Conceito de Educação Financeira

A educação financeira deve ser compreendida a partir de um horizonte histórico que insere a questão da própria atitude humana diante do dinheiro. Realizar essa análise requer perceber como o ser humano se construiu socialmente concomitantemente a uma percepção acerca do dinheiro. Já nos períodos pré-históricos quando as primeiras comunidades até então nômades, começaram a se fixar em locais estabelecidos, e ali começaram a desenvolver a prática da agricultura e a criação de animais, nasce a percepção que se pode inserir valor ao trabalho realizado. Por essa razão, a produção excedente das colheitas, poderia ser negociável, por meio de uma troca direta. Nascia assim, o escambo, o primeiro tipo de troca comercial “segundo a qual se trocam diretamente (e, portanto, sem a intervenção de uma ‘moeda’ no sentido moderno da palavra) gêneros e mercadorias correspondentes a matérias primas ou a objetos de grande necessidade” (GUIMARÃES, 2022, p. 05).

A medida em que as produções foram se tornando mais complexas e as propriedades de terra foram se tornando desiguais, acabaram por surgir problemas ao se avaliar a compatibilidade dos itens negociados. Foi preciso criar, portanto, um sistema de equivalência que fosse mais estável, um tipo de moeda-mercadoria, a primeira moeda que surge nesse sentido foi o boi, depois outros diversos outros produtos seriam utilizados como moeda. Por exemplo, “o pagamento dos soldados do Império Romano era realizado com sal, que era considerado muito valioso. Assim, essa foi uma moeda de troca, que originou o termo ‘salário’” (FERREIRA, 2022a, p. 39).

Todavia, com o desenvolvimento da agricultura, do artesanato e das trocas, essas moedas começaram a apresentar problemas, como ao fazer trocas com grupos que utilizavam moedas e padrões monetários diferentes. Desse modo, surgiu a necessidade de utilizar materiais mais confiáveis, estáveis e práticos, que fossem comuns a todos os grupos. Surgem as primeiras cunhagens de moedas em metais preciosos. A busca por metais preciosos acompanhará o homem das suas primeiras civilizações até a era Moderna. As grandes navegações que resultaram por exemplo, no descobrimento da América foram idealizadas também com esse intuito. Ainda na Idade Antiga, mais precisamente em Roma no século I a.C, surgem os primeiros cálculos envolvendo porcentagem. “Esse surgimento se relaciona com a cobrança de impostos, a qual foi decretada pelo Imperador romano,

Augusto [...] o valor do imposto sobre as mercadorias vendidas equivalia a 1/100” (FERREIRA, 2022a, p. 40).

A era Moderna inaugurará o que os estudiosos chamam de segunda geração do dinheiro e se associa ao período renascentista marcado por grandes transformações econômicas, sociais e culturais. Os comerciantes italianos, primeiros a fazer fortuna com o comércio das especiarias no século XV criaram os primeiros bancos dando origem ao sistema de criação dos bancos nacionais e da criação do papel-moeda. Assim, a invenção do sistema de operações bancárias e do papel-moeda acabou com definitivamente com o sistema feudal, “mudou a base da organização do sistema, passando de hereditariedade para posse de dinheiro, e alterou também a base do poder econômico, passando de posse de terras para posse de ações, títulos e corporações” (GUIMARÃES, 2022, p. 17).

Toda essa estruturação econômica, tinha em visto o bom funcionamento da economia, avança pelos séculos, e se acentua graças às teorias neoliberais surgidas principalmente a partir do século XVIII. Esse contexto desencadeia a criação do que o filósofo Michael Foucault chama de *homo economicus* referindo-se ao sujeito econômico “cujas características são atualizadas de acordo com a economia de cada período histórico. O *homo economicus* no século XVIII é aquele que, do ponto de vista de uma teoria governamental, não se deve tocar, ou seja, é o sujeito do *laissez-faire*” (SOUZA; FLORES, 2020, p. 32). Foucault explica ainda que no espírito do liberalismo, o *homo economicus* se entende como aquele

[...] que aceita a realidade ou que responde sistematicamente às modificações sistemáticas que se introduzem artificialmente no meio. O *homo economicus* é aquele que é eminentemente governável. De parceiro intangível do *laissez-faire*, o *homo economicus* aparece agora como o correlativo de uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio (FOUCAULT, 2018, p. 337).

O pensamento neoliberal que atravessará gerações irá incutir na educação um tom pragmático e tecnicista. Desse modo, se indicava um ensino da Matemática financeira cujo foco “não era a educação financeira que hoje se apresenta. Quer dizer, não havia ali um objetivo para conscientizar os indivíduos para as tomadas de decisão financeiras, para simplesmente aprender regras de cálculos”(SOUZA; FLORES, 2020, p. 32). De fato, será somente a partir dos anos 2000 que a educação financeira passará a fazer parte de uma agenda mundial o que se dará em virtude das constantes e delicadas crises econômicas vivenciadas em diferentes países.

Na verdade, há algum tempo, o mundo vive uma crise financeira generalizada que está, ao menos em parte, associada à oferta de produtos financeiros complexos, de alto risco, que foram ofertados à parcela da sociedade com baixa capacidade financeira. No caso do Brasil, por exemplo, a

falta de regulação e fiscalização das operações de crédito por parte do Banco Central pode é um fator a ser considerado no cenário delicado da atualidade, mas também, a falta de educação financeira vem gerando impactos negativos na sociedade e na economia do país (FANTIN, 2020). Mas o que seria educação financeira? O que significa dizer que um indivíduo é educado financeiramente?

Na sociedade contemporânea ao qual estamos inseridos toda pessoa deveria conhecer e entender os métodos e conceitos que regem o sistema financeiro. No entanto, ainda que haja um interesse pelo tema por parte da população, a discussão acerca dos temas relacionados com o dinheiro e investimentos ocorrem de modo muito superficial especialmente na mídia e acontecem sem a compreensão de um conceito básico para a gestão das Finanças Pessoais: a Educação Financeira. Desse modo, são muitos os conceitos que podem ser aplicados na vida pessoal. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico define Educação Financeira como

o processo pelo qual consumidores/ investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem estar financeiro (SOUZA, 2021, p. 22).

A educação financeira deve ser compreendida, portanto, como um processo de aprendizagem no âmbito das finanças pessoais, visando conferir ao sujeito uma maior capacidade crítica sobre o uso de seu próprio dinheiro. A Constituição brasileira em sua redação vincula a educação ao pleno desenvolvimento da pessoa e a seu preparo para o desenvolvimento da cidadania, esse pleno desenvolvimento o que torna possível o entendimento de que o pleno desenvolvimento engloba também o aspecto financeiro. Nesse sentido, o Banco Central do Brasil (BCB) trabalha também com o conceito de “cidadania financeira” que pode ser traduzida pelo

[...] exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem os seus recursos financeiros. Para o BCB, são quatro os fatores necessários para o desenvolvimento da cidadania financeira: inclusão financeira, educação financeira, serviços de proteção aos consumidores de serviços financeiros e a participação desses consumidores em debates sobre o funcionamento desse sistema (CARLO; CARVALHO, 2021, p. 06).

Outros estudiosos ao trabalharem com a tarefa de definir educação financeira, tem a preocupação de não restringir o conceito a um aprendizado quanto à economizar, cortar gastos, acumular dinheiro. Deve-se entendê-lo de modo mais amplo, como um saber se preparar “para ter qualidade de vida, tanto no presente quanto no futuro, com recursos financeiros suficientes para se

manter numa condição confortável e a possibilidade de possuir recursos para possíveis imprevistos” (CARLO; CARVALHO, 2021, p. 07). Do mesmo modo também não é adequado compreender educação financeira somente como um “guia de investimentos” ainda mais quando se observa a atual conjuntura brasileira, na qual uma parcela significativa da população não tem renda suficiente nem para as despesas de sobrevivência.

Nesses casos entende-se que a educação financeira deve proporcionar conhecimentos que conduzam o indivíduo a ter uma boa gestão financeira o que inclui aprender sobre orçamento familiar, consumo consciente, desperdício, etc. Assim, é importante entender que o entendimento do conceito ocorre principalmente “em relação aos possíveis impactos futuros e à forma como esses impactos deve afetar a riqueza e o comportamento de gastos”(SOARES; MARCHITO, 2019, p. 34–35). Todavia, constata-se também que o nível educacional financeiro no Brasil está muito baixo, sendo muito aquém se comparada a países como Estados Unidos e Inglaterra. Estudos apontam que nos Estados Unidos “o tema é difundido em alguns de seus estados, obrigatoriamente, no Ensino Médio. Além disso, 72% dos bancos norte-americanos promovem programas voltados à educação financeira de seus clientes” (CARLO; CARVALHO, 2021, p. 08).

A educação financeira ou melhor, apreensão de seus conceitos visa principalmente a proteção do consumidor e sua inclusão financeira. Trata-se de um debate que não surge ocasionalmente, mas sim, tem sua origem associada a alguns fenômenos na modernidade e que trazem repercussões importantes para a vida dos indivíduos. No âmbito das relações econômicas e sociopolíticas mundiais cabe destacar “a globalização, o desenvolvimento tecnológico e alterações regulatórias e institucionais de caráter neoliberal. A educação financeira é ao mesmo tempo fruto das mudanças ocorridas no mercado financeiro global, acrescidos também do novo papel desempenhado pelo consumo. O crescimento do consumo está diretamente associado ao crescimento da demanda por crédito que foi possibilitado “pelo forte crescimento econômico do início dos anos 2000, pela melhoria nos salários reais e pela diminuição nos juros nominais” (SOARES; MARCHITO, 2019, p. 42).

Essas políticas voltadas para ampliação do crédito no país trouxeram impactos sobre o endividamento das famílias. Por essa razão a presente pesquisa defende o entendimento acerca da necessidade de que a educação financeira seja também constituinte do processo de formativo de crianças a adolescentes. No entanto, não é o que ocorre. Trata-se de um processo global e que preocupa no Brasil pois está atrelado a outros problemas. “Dados da mais abrangente pesquisa sobre

educação financeira, a *S&P Global Financial Literacy Survey* apurou que dois em cada três adultos no mundo são analfabetos financeiros” (SOUZA, 2021, p. 23).

No contexto brasileiro, a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) em parceria com o Banco Central do Brasil (BCB) realizou um estudo publicado em 2019 no qual foi revelado que

[...] mais de um terço (36%) dos brasileiros não administra as próprias finanças. Outro dado da mesma pesquisa mostrou que, 73% dos consumidores viram gastos superar os ganhos em seu orçamento. Ainda segundo essa pesquisa 90% dos consumidores entrevistados consideram que evitar compras por impulso ou desnecessárias através do planejamento das compras, e controlar as despesas da casa, são práticas importantes no dia a dia. Dessa forma, o levantamento demonstra que não é somente a falta de conhecimento que impede o brasileiro de colocar a vida financeira em ordem, mas principalmente o consumo não planejado (SOUZA, 2021, p. 23).

Pelas próprias carências que transparecem os dados acima expostos a educação financeira é “indissociável da noção de inclusão financeira, [...] quando o referido processo é tratado como um fator que resulta em inclusão social e promove o bem-estar financeiro da sociedade” (FANTIN, 2020, p. 29). Embora seja difícil de mensurar a educação financeira de um indivíduo, ela pode ser aferida por meio de alguns estudos. Ao mesmo tempo, a sua falta pode ser visualizada também por meio da divulgação de dados e pesquisas. O próximo item alguns dados atuais demonstrarão a situação delicada em que vive expressiva parcela da população brasileira. Dados que revelam especialmente o impacto da falta de educação financeira no processo de formação do indivíduo.

2.2 Educação Financeira como Suporte Essencial ao Planejamento Financeiro

Por toda exposição já realizada é possível apreender que falar em educação financeira, não significa necessariamente tecer alusão ao ensino formal, nem a uma estrutura curricular com temas delimitados a se tratar, visto que o próprio termo traz em si uma grande abrangência. No que concerne à discussão realizada na presente pesquisa, será visualizada a importância da educação financeira no âmbito das finanças pessoais e no planejamento financeiro dos indivíduos. A educação financeira ultrapassa os conhecimentos puramente matemáticos e atinge também questões comportamentais. Esse pensamento pode estar associado à própria conjuntura histórica brasileira recente, visto que como o país enfrentou nas décadas de 1980 e início de 1990 graves crises econômicas marcadas por vários momentos de hiperinflação. Naquele cenário, os brasileiros viviam todos os dias com a necessidade de consumo imediato devido à perda de poder de compra. No auge da crise, os preços

mudavam mais de uma vez por dia. Assim, “a inflação literalmente corroía as oportunidades de comprar, além de comprometer a capacidade de planejamento financeiro a longo prazo” (GUIMARÃES, 2022, p. 15).

Em virtude desse problema, era comum que até o fim dos anos 1990 a compreensão acerca da educação financeira se limitasse às dicas de investimento, ou conselhos nessa direção. O real sentido, consiste em estimular “o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e aptidões, formando cidadãos críticos, informados sobre os serviços financeiros disponíveis e preparado para administrar com sucesso suas finanças pessoais” (GUIMARÃES, 2022, p. 16). Nesse sentido, a educação financeira possibilita ao indivíduo exercer seu poder de escolha, visto que,

[...] uma pessoa com conhecimento em determinado assunto, neste caso relacionado ao assunto financeiro, pode então julgar a melhor opção em determinado momento. Em relação ao consumo não é diferente. Portanto, a maioria das pessoas não tem essa educação ou esse conhecimento para analisar quando realmente pode comprar determinado produto ou serviço, ou qual o momento adequado para se comprometer com algum tipo de gasto ou dívida seja ela no curto ou no longo prazo (CONTANI; ABREU; REIS, 2021, p. 139).

A educação financeira possibilita o exercício do autocontrole que permite vencer o domínio da emoção, evitando o impulso que resulta finalmente em um controle dos gastos. Diante dos desafios da sociedade atual, “os indivíduos necessitam dominar uma série de propriedades formais que proporcione uma compreensão lógica e perfeita das forças que afetam seu ambiente e as suas relações com os demais” (GUIMARÃES, 2022, p. 27). Esse domínio permite ao indivíduo pensar em planejamento financeiro capaz de orientar e coordenar iniciativas que contemplem o bom uso das finanças. Em uma definição mais formal o planejamento financeiro consiste em

[...] formular estratégias para auxiliar as pessoas com relação a assuntos financeiros para atingir seus objetivos. O planejamento financeiro é justamente a prática de elaborar um plano, determinar etapas, procedimentos ou meios que devem ser usados para atingir os objetivos e metas financeira (CONTANI; ABREU; REIS, 2021, p. 141).

Entende-se assim, que o planejamento atua como um direcionador para a vida financeira mostrando quais atitudes devem ser tomadas, o que deve ser evitado para não perder o foco e o que deve ser priorizado. Uma ferramenta eficaz a ser usada nesse processo é orçamento, isto é, “um plano de processos operacionais para determinado período que represente os recursos econômicos projetados e objetivos a serem alcançados, tanto de entrada de recursos como de gastos” (REIS; FORNARI; MARTINS, 2019, p. 119). É preciso frisar que o orçamento só funcionará da forma adequada se for cumprido, com isso, é preciso atitudes que se reverterem em um consumo consciente,

ao evitar situações de risco em investimentos, assim como empréstimos e outras transações financeiras que possam vir a comprometer a vida pessoal ou o equilíbrio financeiro.

Todo planejamento deve considerar também “os objetivos pessoais e recursos disponíveis além de se estabelecer prazos para a aquisição de determinados bens e/ou serviços” (REIS; FORNARI; MARTINS, 2019, p. 123). Enfim, a capacidade de elaborar um planejamento financeiro bem sucedido, é um reflexo positivo da educação financeira do indivíduo, e isso ocorre com mais facilidade principalmente quando receberam educação financeira ainda jovens. Segundo Fantin (2020, p. 31), estudos já foram realizados no intuito de observar essa questão e concluíram em síntese que:

(i) participantes que completaram um programa de educação financeira revelaram uma média de poupança mensal maior, pouparam maiores parcelas de sua renda e efetuaram depósitos com maior frequência; (ii) estudantes de ensino fundamental da quarta e quinta séries que foram expostos a programas de educação financeira demonstraram atitudes positivas em relação a finanças pessoais e maior propensão a poupar; (iii) estudantes jovens são capazes de aprender sobre assuntos financeiros, que podem resultar em maior capacidade financeira na vida adulta; (iv) o nível de educação financeira influencia diretamente na decisão de poupar.

Nota-se, portanto, a importância do planejamento financeiro que pode ser conscientizada através da educação financeira, para que desenvolvam uma relação equilibrada com o dinheiro que resultem em decisões financeiras e de consumo adequadas. Desse modo, deve-se enfatizar que o investimento em educação financeira é tão importante quanto o investimento em capital físico para o sucesso econômico a longo prazo dos indivíduos, empresas e do país como um todo. E, por essa razão, a presente pesquisa acredita que a educação financeira deve ser iniciada na escola junto às crianças e adolescentes e deve ser um processo contínuo a fim de que as pessoas desenvolvam a “capacidade do conhecimento financeiro e que também as instituições se envolvam nesse processo para estimular a prática de promover informações financeiras [...] como base para a construção de competências financeiras” (CONTANI; ABREU; REIS, 2021, p. 138).

A educação financeira voltada às crianças e adolescentes auxilia na formação de sujeitos autônomos, visto que no mundo atual de modo bastante precoce ele já começa a lidar com dinheiro. Por essa razão, entende-se que a escola é um importante veículo de conscientização e cultura de um ensino que busque esse aporte; que uma educação financeira “é fator primordial para que, na fase adulta, crianças e adolescentes administrem com responsabilidade os seus ganhos financeiros, facilitando e promovendo um adulto emocionalmente equilibrado [...]” (VANDERLEY; SILVA; ALMEIDA, 2020, p. 164). No próximo capítulo será observado de que maneira a legislação

educacional no Brasil aborda a educação financeira e quais políticas públicas existem atualmente a fim de oferecer suporte a essa demanda que se faz tão importante nos tempos atuais.

3 AÇÕES PÚBLICAS EM PROL DE UMA EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASILEIRO

3.1 A Educação Financeira na LDB e na BNCC

A educação financeira nas escolas constitui-se tema novo, e algumas medidas vem sendo tomadas nas últimas décadas. Antes de analisar essas medidas é preciso compreendê-las dentro do arcabouço de normas e legislações que orientam o ensino brasileiro. A primeira delas é a Constituição Federal de 1988 ela determina em seu artigo 22, inciso XXIV que “compete privativamente à União legislar sobre: [...] diretrizes e bases da educação nacional” (BRASIL, 1988). Será, portanto, baseada nos princípios constitucionais que será elaborada as novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional que são aprovadas na forma da Lei nº 9394 em 1996 substituindo a lei anterior de 1971.

A LDB é enfática na defesa do pluralismo de ideias na educação brasileira e uma gestão democrática do ensino público e uma progressiva autonomia pedagógica e administrativa da gestão financeira das unidades escolares. Defender o pluralismo significa na prática não admitir que uma única metodologia de ensino seja reconhecida como adequada para o ensino. Ao se considerar as estruturas que geram um aprendizado efetivo cabe considerar esse processo a partir das finalidades do Ensino Médio já estabelecidas pela LDB em seu artigo 35

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996).

Percebe-se que desde a sua entrada em vigor, a LDB já preconizava a formação cidadã dos estudantes, por meio do fomento da capacidade de flexibilização a problemas cotidianos e a busca por novos conhecimentos. O Ensino Médio passou por reformas que alteraram o texto original da Lei e são fruto de constantes críticas dos especialistas. Ainda assim, a inclusão do artigo 35-A define os direitos e objetivos de aprendizagem do Ensino Médio segundo orientações e diretrizes do Conselho Nacional de Educação. Os parágrafos 7º e 8º dispõem da seguinte forma: § 7º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para

a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.(BRASIL, 1996).

Ao realizar alusão à uma formação integral a redação do novo artigo abre a possibilidade de abordagem de vários assuntos, inclusive a educação financeira. A adoção da educação financeira enquanto estratégia curricular acontece somente com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) um documento que “estabelece como deve ser o currículo de toda a educação básica por meio de um conjunto orgânico e progressivo, que diz respeito às aprendizagens essenciais” (BUSS; AMORIM, 2020, p. 34). O objetivo primordial da base é oferecer aos estudantes brasileiros um currículo universal garantindo uma igualdade no nível de conhecimento sobre assuntos estabelecidos.

A BNCC foi elaborada em duas edições, uma voltada para o Ensino Fundamental cuja versão final foi aprovada em 2017 e outra para o Ensino Médio em vigor desde 2018. A Base orienta para formação do estudante através do desenvolvimento de competências habilidades. Quanto à educação financeira, a BNCC demonstra grande preocupação em inseri-la no currículo escolar e faz sob a forma de um tema transversal e integrador. Esses temas

[...] permitem estabelecer a integração entre os componentes curriculares de uma mesma área do conhecimento e entre as diferentes áreas que organizam a Educação Básica, no contexto da BNCC. Esses temas dizem respeito a questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida e atuação e que, portanto, intervêm em seus processos de construção de identidade e no modo como interagem com outros sujeitos e com o ambiente, posicionando-se ética e criticamente sobre e no mundo. Trata-se, portanto, de temas sociais contemporâneos que contemplam, para além da dimensão cognitiva, as dimensões política, ética e estética da formação dos sujeitos, na perspectiva de uma educação humana integral. [...] Considerando critérios de relevância e pertinência sociais, bem como os marcos legais vigentes, a Base Nacional Comum Curricular trata, no âmbito dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos diferentes componentes curriculares, dos seguintes Temas Especiais: Economia, educação financeira e sustentabilidade; [...] (BRASIL, 2018, p. 47–48).

Dessa forma, a abordagem dos temas transversais implica que estes deverão ser incorporados às propostas pedagógicas de estados e municípios. A Base da Matemática naturalmente, é a que mais realiza essa incorporação. Ao ser caracterizada como tema transversal, a educação financeira deve ser trabalhada de modo prático, inserida no cotidiano dos alunos, e abordada de modo que cause o interesse dos estudantes. Desse modo, “é ‘quebrado’ todo o ensino abstrato e descontextualizado permitindo que o aluno compreenda a forma mais sensata de como utilizar seu dinheiro, [...] e quais são seus direitos e deveres” (BUSS; AMORIM, 2020, p. 36).

A BNCC formaliza a educação financeira e apresenta diversos temas associados à educação econômica, abrindo amplo caminho de atuação. Esses temas podem ser trabalhados em todos os anos escolares pois são os conceitos bases para se obter uma educação financeira. Assim,

[...] podem ser discutidos assuntos como taxa de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro (BRASIL, 2018, p. 225).

Entende-se, portanto, que os temas transversais permitem uma efetiva educação para a vida em sociedade. Com o ensino de educação financeira em sala de aula se almeja formar cidadãos capazes de fazer escolhas e, por isso, a importância de que essa formação ocorra ainda nos anos iniciais. Nos anos iniciais, todo conteúdo é novo para os alunos o que torna mais fácil o processo de enraizamento do conteúdo. A pesquisa entende que a temática da educação financeira deve fazer parte da vida cotidiana das crianças já nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Verifica-se no entanto, que a dificuldade de ensinar educação financeira às crianças e adolescentes se deve ao fato de que em muitas famílias

não se fala em dinheiro junto das crianças porque na maioria delas esse assunto é tido como “coisa de adulto, e nem sempre ao se falar em dinheiro em casa a coisa é muito agradável, considerando que na maioria dos casos a conversa sempre gira em torno de coisas que se pretendia comprar, mas, no final da frase vem ‘não tenho dinheiro’” (ALVES, 2020, p. 28). Trata-se de uma observação importante visto que o modo como se planeja a vida financeira na fase adulta, reflete uma base que foi construída a partir da experiência, do contato com a família.

Percebe-se então, que para muitas famílias, a educação financeira ainda é um tabu que precisa ser superado, pois, à medida que se joga mais luz sobre esse assunto, mais fácil será de se lidar com essas questões no futuro. Desse modo, é preciso combater a causa do problema e não mais o efeito. As crianças tomam conhecimento com o dinheiro logo que começam a interagir com o mundo que as rodeiam de que a família inicialmente, e depois na escola, ela já pode ser ensinada quanto aos princípios da educação financeira. A educação financeira para as crianças pode acontecer “mediante situações cotidianas, [...] principalmente porque durante a infância, as crianças observam atentamente os adultos e são influenciadas pelo comportamento destes”” (BUSS; AMORIM, 2020, p. 38).

Assim, na sociedade de consumo desenfreada que se observa na atualidade, as crianças são exploradas em suas fragilidades e inocências alvos das ações publicitárias que visam essencialmente

estimular o consumo. Por isso, a educação financeira abordada já a partir dos anos iniciais do Ensino Fundamental, seria “um primeiro passo na tentativa de transformar sociedades financeiramente despreparadas, dando origem a uma geração de investidores e consumidores conscientes e responsáveis”(ALVES, 2020, p. 30). Além disso, por seu caráter transversal, a educação financeira pode desenvolvida em sala de aula por professores das mais diversas disciplinas do currículo escolar.

As escolas relatam que ao iniciarem com a experiência de adesão ao conteúdo curricular de educação financeira “relatam não apenas benefícios para os alunos – que, aos poucos, vão apresentando mudanças de hábito e consumo –, como os próprios pais são influenciados, já que algumas atividades envolvem exercícios com a família” (BUSS; AMORIM, 2020, p. 41). Muitas são as habilidades que os alunos dos anos iniciais já conseguiram desenvolver a partir dos primeiros conceitos de educação financeira tais como a economia de energia e água, desligando as luzes ao sair dos ambientes, não deixar a torneira pingando, entre outros exemplos.

A promoção da educação financeira entre crianças e adolescentes pode contribuir para gerar empoderamento desses grupos visto que conscientes e esclarecidos quanto ao dinheiro e seu uso eles “tem mais oportunidades e conhecimentos para, possivelmente, administrar seus recursos de forma consciente e sustentável [...], mas também do desenvolvimento de novos hábitos, comportamentos e valores” (GIORDANO; ASSIS; COUTINHO, 2019, p. 05). De igual modo, a educação financeira pode contribuir para o fortalecimento da cidadania “ao fornecer e apoiar iniciativas que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas, com a escola assumindo a responsabilidade de formar cidadãos conscientes e comprometidos” (CORDEIRO; COSTA; SILVA, 2018, p. 77).

Contudo, ainda são visualizadas muitas lacunas no processo de adequação da educação financeira, à luz da BNCC. Muitos especialistas defendem a ideia de que uma possível solução ao problema, ou seja, para inserir a educação financeira efetivamente no ordenamento educacional, deve existir uma provocação do Congresso Nacional. Por essa razão, vários projetos de lei tramitaram no Congresso, sendo alguns já rejeitados e outros arquivados ou em fase de estudos de viabilidade. O quadro 1 apresenta quais são esses projetos

Quadro 1. Projetos de lei no Congresso Nacional sobre o tema da educação financeira

Projeto	Autor
Projeto de Lei nº 2.107, de 2011, busca incluir “Noções de Economia Financeira” como disciplina obrigatória no ensino médio	Dep. Audifax -PSB/ES
Projeto de Lei nº 3.421, de 2012, pretende incluir a educação financeira como disciplina obrigatória no currículo do ensino médio	Dep. Eduardo da Fonte - PP/PE
Projeto de Lei nº 7.155, de 2014, busca incluir a educação financeira no currículo da disciplina Matemática	Dep. Arnaldo Faria de Sá - PTB/SP
O Projeto de Lei nº 3.590, de 2015, pretende tornar obrigatório o estudo da educação financeira nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio	Dep. Rafael Motta - PROS/RN

O Projeto de Lei nº 3.691, de 2015, propõe incluir o ensino da educação financeira e de finanças pessoais como componente obrigatório nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio	Dep. Arthur Oliveira Maia - SD/BA
O Projeto de Lei nº 4.215, de 2015, busca incluir a educação financeira na grade curricular das escolas das redes públicas estaduais de ensino	Dep. Marcelo Belinati - PP/PR
O Projeto de Lei nº 4.915, de 2016, propõe incluir o consumo e a educação financeira nos currículos da educação básica	Dep. Leandre - PV/PR
O Projeto de Lei nº 7.318, de 2017, busca incluir a disciplina “Educação Financeira” na matriz curricular nacional no âmbito do ensino fundamental e do ensino médio	Dep. Marco Feliciano - PSC/SP
O Projeto de Lei nº 239, de 2019, propõe incluir “Noções de Economia Financeira” como disciplina obrigatória no ensino médio	Dep. Júnior Ferrari - PSD/PA

Fonte: Fantin (2020, p. 61)

Uma medida que se faz extremamente necessária, pois, apesar da evolução do processo de implementação, os sistemas de ensino do país enfrentam dificuldades para determinar os temas e as estratégias que deverão ser adotadas para o ensino de educação financeira a estudantes. Enquanto isso não ocorre as instituições que desejam inserir a educação financeira como componente curricular aderem à Estratégia Nacional de Educação Financeira que será analisada de modo mais detalhado no próximo item.

3.2 A ENEF

Como já mencionado ainda que de modo breve no capítulo anterior, a implementação de uma estratégia de educação financeira vinha sido discutida no Brasil como reflexo de uma política já iniciada em cenário internacional que tinha como principal expoente a OCDE. Simultaneamente a essa movimentação em âmbito internacional, o Brasil vivenciou importantes transformações socioeconômicas temas de inclusão financeira ganharam destaque no Brasil especialmente quando se compreende esse novo contexto. O pressuposto teórico dos organismos que defendem a adoção de uma estratégia nacional entorno da educação financeira é que a educação financeira é um instrumento basilar fundamental para impulsionar a alfabetização e o bem-estar financeiro da população em geral. Parte-se do pressuposto que “o bem-estar (ou desempenho) financeiro das famílias é, em grande medida, diretamente relacionado ao seu grau de alfabetização financeira” (PEREIRA; CAVALCANTE; CAMPOS, 2022, p. 04).

O início dos trabalhos em prol do estabelecimento da ENEF no Brasil ocorre a partir da publicação do Decreto nº 5.685 de 25 de janeiro de 2006 por meio do qual se institui o Comitê de

Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC). O artigo 1º do referido Decreto já mencionava a finalidade do COREMEC a qual consistia em “promover a coordenação e o aprimoramento da atuação das entidades da administração pública federal que regulam e fiscalizam as atividades relacionadas à captação pública da poupança popular” (BRASIL, 2006).

Em 2007, o COREMEC deliberou pela constituição de um Grupo de Trabalho (GT) que estaria sob a coordenação da Comissão de Valores Mobiliários -CVM a fim de “delinear uma estratégia de âmbito nacional para a educação financeira, em conjunto com representantes do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil, de modo a construir uma proposta com legitimidade e estabelecer compromisso para sua execução”(RIBEIRO, 2020, p. 491). O resultado desse GT foi observado por meio do Decreto nº 7.397 de 22 de novembro de 2010 que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF ao mesmo tempo em que determinava a criação do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP).

O Decreto também estabelece em seu artigo 2º as diretrizes que possam reger a educação financeira em âmbito nacional, a saber:

Art. 2o - A ENEF será implementada em conformidade com as seguintes diretrizes:
I - atuação permanente e em âmbito nacional;
II - gratuidade das ações de educação financeira;
III - prevalência do interesse público;
IV - atuação por meio de informação, formação e orientação; [...]
VI - formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; [...] (BRASIL, 2010).

O CONEF passou a ser formado por oito órgãos entidades governamentais e até seis organizações da sociedade civil, tendo como objetivos definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF. No ano seguinte, 2011 é criada a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF- Brasil), uma organização da sociedade civil e responsável por “coordenar e executar as ações transversais da ENEF, promovendo a educação financeira no país por meio do desenvolvimento de tecnologias educacionais e sociais voltadas ao tema” (GONÇALVES; GONÇALVES, 2019, p. 07). Entre as principais ações desenvolvidas pela ENEF destaca-se o Programa Piloto de Educação Financeira.

Este programa compreendeu um treinamento desenvolvido entre agosto de 2010 e novembro de 2011 com turmas de 2ª série e 3ª série do ensino médio de escolas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Tocantins, Distrito Federal e Minas Gerais. Neste programa, “houve a aplicação

em sala de aula de atividades de Educação Financeira. Essa aplicação se deu através da tentativa de replicação de situações didáticas e contou com a utilização de material elaborado com esta finalidade para professores e alunos” (SOARES; MARCHITO, 2019, p. 53). Ao longo do período de aplicação, cerca de 450 escolas participaram do programa piloto e da pesquisa de avaliação.

Os bons resultados obtidos no programa piloto culminaram na criação do Programa Educação Financeira nas Escolas. Também são iniciativas da ENEF Programa Educação Financeira para Adultos em Vulnerabilidade, o Selo ENEF e a Semana anual da ENEF. São muitos os recursos disponíveis que podem auxiliar o docente, inclusive disponíveis pela *internet*. Desse modo, diante da implementação da educação financeira de acordo com as competências da BNCC, o uso das tecnologias digitais se mostra como um caminho para “ampliar o alcance de programas para inserção de educação financeira nas escolas. As novas tecnologias podem reforçar a contribuição dos trabalhos pedagógicos [...] pois permitem que sejam criadas situações de aprendizagens ricas, complexas, diversificadas” (GONÇALVES; GONÇALVES, 2019, p. 11).

Alguns recursos metodológicos referentes à educação financeira estão disponíveis na *internet*. A pesquisa desenvolvida por Souza (2021) elenca algumas como os livros didáticos do Programa de Educação Financeira nas Escolas para o Ensino Fundamental e Médio e os aplicativos de celular, *Tá osso*, *Calculadora do cidadão* e *Simulador de Sonhos* são ferramentas que envolvem as crianças e adolescentes em decisões que envolvem a aplicação do dinheiro. Todavia, carece ainda tecer algumas observações que entravam o pleno desenvolvimento da educação financeira no país.

A primeira diz respeito ao relacionamento do brasileiro com o sistema bancário. O Brasil é um país com alto percentual de pessoas com relacionamento bancário. O sistema financeiro brasileiro sob o ponto de vista da oferta de serviços é o maior da América Latina no entanto ainda é repleto de disparidades:

[...] o sistema financeiro brasileiro é o maior na região e oferece uma ampla variedade de serviços a seus clientes [...]. De acordo com estatísticas do Bacen, quase 30% dos municípios não têm agências bancárias [...]. Há sete estados (do total de 27), principalmente no Norte, onde os municípios sem agência bancária superam 70% do total. Cerca de 1.680 municípios, do total de aproximadamente 5.600, não têm agências bancárias. Há aproximadamente 1.400 cooperativas de crédito, que oferecem serviços financeiros básicos a somente cerca de 1,5 milhão de brasileiros, principalmente nas áreas urbanas. A proporção de domicílios brasileiros com acesso a serviços financeiros mais sofisticados - como fundos mútuos ou seguros - é baixa (FANTIN, 2020, p. 55).

A partir desses dados é preciso refletir quanto ao referido cenário de crescimento de acesso aos serviços financeiros e da oferta de crédito no Brasil e se esse quadro tem sido acompanhado pelo

processo de educação financeira da população. “É preciso refletir se as ações e a efetividade das políticas públicas que foram adotadas pelo Estado, bem como as que estão em andamento, tutelam de forma suficiente o direito social à educação financeira” (FANTIN, 2020, p. 58). Percebe-se que a educação financeira ainda precisa sair do campo das ideias e fazer parte do dia a dia das escolas e das universidades, constatação que alude à segunda observação mencionada: a formação continuada dos professores. É preciso assim, questionar: os professores na atualidade, estão preparados para desenvolver a educação financeira nas escolas?

Alguns estudiosos defendem a necessidade de “educar os educadores” para o ensino da educação financeira. Isso evidencia o entendimento de que não basta transferir a educação financeira da família para a escola, sem que haja primeiramente a formação dos profissionais responsáveis por essa mediação. Então, como um professor que já está atuando se prepara para promover a educação financeira em sala de aula, visando o ensino e contextualização da matemática junto com a educação financeira? São muitas as referências que elencam as dificuldades dos professores em se preparar para contextualizar e criar suas aulas a seus discentes, de uma forma que os alunos participem ativamente das atividades. De modo que

Devido ao fato de estarem muitas vezes sufocados pelo dia-a-dia atribulado e por excesso de afazeres a que se vêem obrigados a suportar, os professores dedicam pouco (ou nenhum) tempo à tarefa de criar condições para o desenvolvimento de um processo de aprendizagem num ambiente no qual se destaque sobretudo a participação ativa do estudante, seu poder de indagar e investigar situações reais. Os conhecimentos inerentes ao dia-a-dia do aluno, associados a uma ação pedagógica adequada, são fundamentais num processo de educação voltado para a formação de um cidadão participativo, questionador, crítico, reflexivo e consciente dos problemas do seu contexto social, político, educacional e econômico (CUNHA, 2022, p. 44).

Entende-se assim, que é necessário valorizar a formação de professores de modo que “o docente internalize a educação financeira não apenas em discurso em sala de aula, mas em sua prática pessoal, de modo que ambos sejam indissociáveis” (MORAES; FREITAS, 2021, p. 07). Nesse sentido, torna-se imprescindível o desenvolvimento de materiais e metodologias que possam ser adaptados e aplicados de acordo com cada realidade. No entanto, ao analisar a formação de professores para o desenvolvimento de práticas que envolvam educação financeira, observa-se que tal tema não integra a maioria dos cursos de formação. Essa interpretação é pertinente quando se analisa por exemplo, a carência evidenciada na análise de dissertações e teses em periódicos da área de Ensino entre os anos de 2005 a 2017 que revelou um número pequeno de pesquisas científicas

sobre a educação financeira no contexto escolar e, de modo específico, sobre a formação docente na área em questão conforme observado na Figura 1.

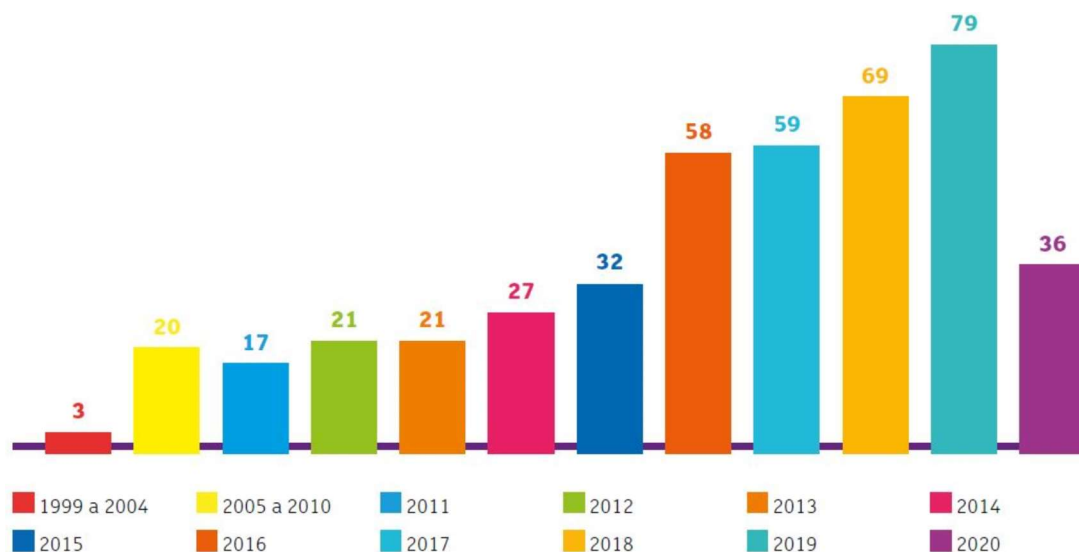


Figura 1. Publicações sobre Educação Financeira no intervalo entre os anos de 1999 a 2020
Fonte: Moraes e Freitas (2021, p. 08)

Percebe-se que a partir do ano de 2016 há um significativo crescimento em publicações na temática da educação financeira, principalmente pelo fato da homologação da nova BNCC que ocorre em 2017. Ainda assim, os números mostram poucas publicações com enfoque na educação financeira escolar o que evidencia a atualidade e a importância de discussões. Sendo assim, “há a necessidade de olhar para a grade curricular de formação desses futuros professores para que exista de alguma maneira a discussão e prática pedagógica para o ensino e prática da docência [...]” (CUNHA, 2022, p. 46).

Há muitos cursos de formação continuada para professores que estão no momento focando nesses temas transversais e estes devem estar acessíveis aos professores. Mais do que isso, esta pesquisa acredita que é necessária “uma reestruturação curricular em todos os níveis educacionais, visando uma maior inserção e familiaridade dos alunos e professores com o tema” (CUNHA, 2022, p. 51). Assim, a educação financeira se torna um instrumento de colaboração para o desenvolvimento social e econômico sustentável dos jovens e da sociedade por eles formada.

3.3 A Realidade da Falta de Educação Financeira no Brasil

A carência de um ensino que abrangesse a educação financeira é uma das razões que podem explicar alguns dados preocupantes que serão aqui expostos que mostram a realidade de milhares de brasileiros. Segundo dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) divulgados em 2019, “62,4% das famílias brasileiras estavam endividadas em 2019, 23,4% possuíam dívidas em atraso e cerca de 9,4% não possuíam condições de pagar essas dívidas em atraso no ano de 2019” (SOARES; MARCHITO, 2019, p. 42). Já a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) em estudo feito em 2022 aponta que “45% dos brasileiros admitem não fazer um controle efetivo sobre o orçamento do mês e esse número se agrava quando são observadas as classes mais baixas, como C/D/E, que possuem uma taxa de 48% de descontrole” (SILVA JUNIOR, 2022, p. 48).

Esses dados são característicos da falta de educação financeira dos brasileiros. Sem uma efetiva política nessa esfera, a tendência é a manutenção ou a piora desses resultados, à medida que “sem possuir educação financeira, as pessoas não conhecem sobre a importância do dinheiro e as formas corretas de utilizá-lo, então, ficam a um passo das dívidas” (GONÇALVES; GONÇALVES, 2019, p. 05). Outro índice que deve também ser apontado refere-se ao Mapa da Inadimplência que é elaborado anualmente pela SERASA (Empresa brasileira de análises e informações para decisões de crédito e apoio a negócios). Os números de 2022 e as parciais já computadas em 2023 refletem a crise econômica instaurada no Brasil com a pandemia da COVID-19 que perdurou entre os anos de 2020 e 2021. Observa-se que passados dois anos de crise em virtude da pandemia, os valores aumentaram consideravelmente, saltando para 71,90 milhões de brasileiros ou 44,09% da população brasileira conforme se pode observar pela figura abaixo:



Figura 2. Evolução no número de inadimplentes no Brasil no último ano.

Fonte: SERASA (2023).

Outro instrumento utilizado por muitos pesquisadores para avaliação da educação financeira de um país consiste no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, mais conhecido pela sua sigla em inglês, PISA. Trata-se de um exame aplicado trienalmente pela OCDE e que avalia “a capacidade de jovens na faixa etária dos 15 anos de usar seus conhecimentos e habilidades de leitura, matemática e ciências para resolver situações reais” (SOUZA, 2021, p. 24). O exame foi aplicado inicialmente no ano 2000 e no Brasil se encontra sob a coordenação do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP). Segundo o Instituto, “os resultados do PISA podem ser utilizados como instrumento de trabalho na definição e refinamento de políticas educacionais, tornando mais efetiva a formação dos jovens para o futuro e para uma participação ativa na sociedade” (GONÇALVES; GONÇALVES, 2019, p. 06).

A partir da edição de 2012 foi incorporada de forma optativa para os países que participam do programa uma avaliação de alfabetização financeira. A partir do ano de 2015 o Brasil aderiu a resolução da prova de habilidades financeiras. Os alunos tem, portanto, 120 minutos para realizar a avaliação de matemática, leitura e ciências e aqueles que realizaram o teste adicional de alfabetização financeira tem mais 60 minutos adicionais. Quanto à aplicação, a prova

[...] é composta de testes e questionários para uma análise detalhada em termos de desempenho e fatores associados. O desenho amostral do programa é estratificado em duas etapas, em que as escolas são selecionadas aleatoriamente em cada país e, em seguida, são selecionados os alunos, também de forma aleatória [...] Como existem grandes diferenças entre os sistemas educacionais dos países e não é possível definir as séries comparáveis

internacionalmente, utiliza-se a faixa-etária para solucionar este problema (SENA, 2021, p. 19).

Aqui serão demonstrados e comparados o desempenho do Brasil nas duas últimas edições do exame, isto é, 2015 e 2018. Para avaliar a proficiência financeira dos estudantes, o PISA seleciona itens com base em propriedades psicométricas garantindo a distinção entre alunos de pequena e alta pontuação. Na edição de 2015 do exame, o Brasil ocupou o último lugar entre os 15 países participantes do exame acerca da alfabetização financeira. O país alcançou uma média de 393 pontos conforme é possível observar por meio da Figura 2.

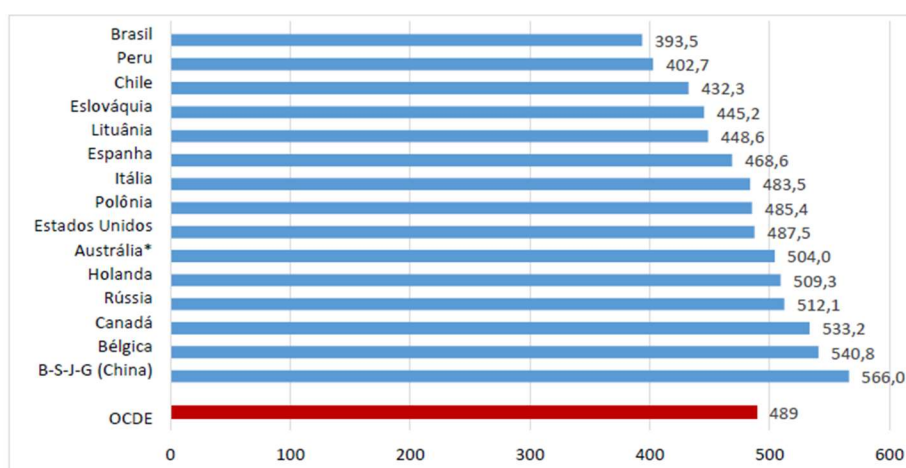


Figura 3. Média de desempenho dos estudantes em alfabetização financeira por país avaliados

Fonte: Sena (2021, p. 21)

De acordo com os resultados, a maioria dos estudantes (53,3%) pontuam no nível 1 ou abaixo. O que significa que esses estudantes ainda não são capazes de aplicar seus conhecimentos a situações da vida real que envolvam questões e decisões financeiras. A edição do PISA 2018 foi a que recebeu maior número de inscritos brasileiros desde o início da aplicação do exame. Foram 10.961 alunos de 597 escolas públicas e privadas. No âmbito da educação financeira, 20 países aceitaram realizar a prova, sendo 13 membros da OCDE e outros sete países parceiros (caso do Brasil). No resultado dessa prova o Brasil acumulou média de 420 pontos, distante 85 pontos da média geral e ocupando o 17º lugar entre os participantes conforme se observa no Quadro 2.

Quadro 2. Ranking de desempenho em educação financeira – PISA 2018

Posição	Países	Pontuação
1º	Estônia	547

2º	Finlândia	537
3º	Canadá (Províncias)	532
4º	Polônia	520
5º	Austrália	511
6º	EUA	506
7º	Portugal	505
8º	Letônia	501
9º	Lituânia	498
10º	Rússia	495
11º	Espanha	492
12º	Eslováquia	481
13º	Itália	476
14º	Chile	451
15º	Sérvia	444
16º	Bulgária	432
17º	Brasil	420
18º	Peru	411
19º	Geórgia	403
20º	Indonésia	388
	MÉDIA OCDE	505

Fonte: Souza (2021, p. 29)

Diante dos dados apresentados, ressalta-se que a educação financeira no Brasil de forma específica, e a educação financeira de forma geral, precisam ser repensadas. O desempenho dos estudantes brasileiros na prova de competência financeira está abaixo da média dos outros países participantes, situação esta que exige atenção. Sabe-se na verdade que os índices da prova representam a situação da população como um todo, pois nem os pais e nem as escolas ensinam isso para as crianças e adolescentes e depois que crescem, ficam expostos a sociedade de consumo, na qual esse tipo de informação não é interessante. Nesse sentido, “ênfatiza-se a necessidade urgente de adoção de políticas públicas educacionais efetivas, e da inserção, de fato, da educação financeira na vida cotidiana dos estudantes [...]” (CARLO; CARVALHO, 2021, p. 19).

Arelado à deficiência entrono da educação financeira o endividamento da população também está atrelado a fatores relacionados ao mercado de crédito. Esse crédito ofertado pelas pelos bancos e instituições financeiras é importante para o mercado financeiro, pois é através dessa oferta de crédito que há o desenvolvimento da economia do país. Compreende-se assim, que o crédito é elemento fundamental em uma economia capitalista, visto que através do crédito é possível “a concretização das decisões de consumo e de investimento. Os bancos têm um papel relevante para a condição de crédito em uma economia, pois a concessão do crédito possibilita as negociações e o desenvolvimento da economia” (CONTANI; ABREU; REIS, 2021, p. 140). Esse processo será compreendido de modo mais aprofundado no próximo item.

3.3.1 Fatores que contribuem para o endividamento dos brasileiros

Após o processo de estabilização monetária alcançado por meio do Plano Real, foi possível no início dos anos 2000, que o Governo promovesse uma maior oferta de crédito como medida que buscava contribuir para a aceleração dos investimentos e da atividade econômica. Assim, a partir dos anos 2004 iniciaram-se os mecanismos institucionais do crédito consignado, impulsionando o aumento do crédito no Brasil. A proposta governamental consistia, pois,

[...] em elevar a oferta de crédito para financiar as necessidades de consumo dos indivíduos, representando uma antecipação da capacidade de consumo destes e apostando que o crescimento da renda, futuramente, pudesse compensar este aumento do endividamento das pessoas. Por outro lado, o aumento do consumo poderia atrair investimentos para a elevação da oferta, aumentando, dessa forma, a renda dos indivíduos, em uma espécie de ciclo virtuoso de crescimento alavancado (FERREIRA, 2022b, p. 13).

Entende-se assim, que a expansão do mercado de crédito está relacionada à regra básica do comércio: oferta e procura. Ou seja, “trata-se de uma demanda tem forte relação com a decisão dos gastos das pessoas: quanto mais gastarem mais as pessoas terão necessidade de crédito e, portanto, maior será a oferta” (CONTANI; ABREU; REIS, 2021, p. 140). Há de se considerar, portanto, que o consumismo também se apresentou como um fator de grande contribuição para o endividamento. As ações de marketing desenvolvidas pelas empresas na tentativa de alavancar suas vendas, valem-se de campanhas atrativas para incutir o consumo como modo de vida, ditada pela influência do mercado. Zygmunt Bauman em sua obra *Vida Para Consumo - A transformação das pessoas em mercadoria* (2007, p. 48) explica essa influência da seguinte forma:

A sociedade de consumo prospera enquanto consegue tornar perpétua a não satisfação de seus membros (e assim, em seus próprios termos, a infelicidade deles). O método explícito de atingir tal efeito é depreciar e desvalorizar os produtos de consumo logo depois de terem sido promovidos no universo dos desejos dos consumidores. Mas outra forma de fazer o mesmo, e com maior eficácia, permanece quase à sombra e dificilmente é trazida às luzes da ribalta, a não ser por jornalistas investigativos perspicazes: satisfazendo cada necessidade/desejo/vontade de tal maneira que eles só podem dar origem a necessidades/desejos/vontades ainda mais novos.

O mercado é alimentado, portanto, pelo consumo e depende dele e é o próprio mercado que alimenta o desejo de consumir, induzindo às compras compulsivas. O mercado vincula a felicidade ao consumo no intuito de induzir os consumidores à aquisição de novos produtos e experiências, gerando a continuidade das relações, com o objetivo de desenvolver a economia, porém, depende da perpetuidade das interações entre consumidores e fornecedores. Para que essas interações ocorram

[...] é necessário o descarte dos produtos adquiridos e a oferta de substitutos. Com isso é possível afirmar que o hiperconsumo gera consequências econômicas, como a dependência do mercado de forma extrema sobre suas relações de consumo, onde a falta delas gera problemas sociais graves. Além disso, o hiperconsumo condiciona fatores pessoais capazes de influenciar os consumidores a aderirem a caminhos de risco extremo, prejudicando sua saúde financeira, ao ponto de gerar o superendividamento, que obstrui as atividades dos consumidores no mercado (CAUMO; SOUZA, 2021, p. 188).

Portanto, não resta dúvida que o consumo excessivo somado à polarização dos produtos de crédito associados ao endividamento excessivo da população, que pode desencadear em um superendividamento, isto é, um estado de calamidade financeira “em que consumidores possuem dívidas que ultrapassam os limites da sua renda, podendo ocorrer por conta de atitudes e escolhas próprias, ou por fatos alheios à sua vontade”(CAUMO; SOUZA, 2021, p. 185). Essa falta de controle no orçamento financeiro, se constitui um fator que afeta a saúde financeira dos consumidores em âmbito global. A ausência de saúde financeira acarreta também em impactos sobre a qualidade de vida dos consumidores podendo acarretar problemas como estresse, ansiedade e depressão.

Já o bem estar financeiro é alcançado "quando se tem controle sobre as finanças pessoais do dia a dia; capacidade financeira para absorver choques financeiros; para atingir objetivos financeiros e ser livre para fazer escolhas que permitam à pessoa desfrutar da vida” (FANTIN, 2020, p. 28). É preciso, nesse sentido, compreender a intrínseca relação que existe entre endividamento, planejamento financeiro e educação financeira. Entre as iniciativas públicas oferecidas pelo Governo Federal a fim de facilitar os processos de renegociação de dívidas da população podendo auxiliar na redução do endividamento do país, se encontra o Programa “Desenrola Brasil” que tem como objetivo auxiliar as pessoas na renegociação de suas dívidas e proporcionar uma nova chance de equilibrar suas finanças. O programa apresentará impactos na economia considerando principalmente dois pilares: “i) contribuir para certo alívio financeiro para famílias altamente endividadas no país; e ii) liberar o capital de bancos, por meio da mudança de categorização desses empréstimos”(RESEARCH XP, 2023, n.p.).

4 METODOLOGIA

Um projeto de pesquisa sempre é movido pelo desejo de quem a realiza de conhecer mais acerca da temática que será tratada. Quem pesquisa é movido por uma inquietação, quer compreender melhor aquele tema. Contudo, para que ele obtenha os resultados que deseja, da melhor forma possível e dentro dos parâmetros exigidos pela ciência, ele precisa ter metodologia em sua pesquisa. Por isso a metodologia é tão importante em todo e qualquer projeto de pesquisa pois é ela que vai mostrar o caminho que será percorrido para alcançar os objetivos propostos. A metodologia visa, portanto, ser um auxílio para o estudante no exercício de sua pesquisa. Após se ter a noção do problema que se pretender lançar uma reflexão, o segundo passo dado deve ser a organização da pesquisa. Lakatos; Marconi (2017, p. 43) conceituam pesquisa como:

[...] procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos.

Fica claro assim a importância do procedimento metodológico da pesquisa para no processo de produção do conhecimento. Somente por meio de uma pesquisa bem realizada o estudante conseguirá comprovar suas ideias, refletir sobre a problematização proposta garantido o caráter científico de seu projeto. Como procedimento metodológico foi utilizado a pesquisa bibliográfica, que de acordo com Lakatos; Marconi (2017, p. 47): "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos".

Neste trabalho, a pesquisa bibliográfica foi realizada com base em materiais já produzidos, com destaque para as obras de Alves e Costa (2022); Carlo e Carvalho (2021); Fantin (2020); Gonçalves e Gonçalves (2019); Ribeiro (2020); Sena (2021); Silva Junior (2022); Soares e Marchito (2019). Tratando de assim, de uma revisão de literatura com característica bibliográfica descritiva. Essas fontes consultadas forneceram importantes dados acerca da avaliação PISA (Programa Internacional de Avaliação de Adultos) e do desempenho dos estudantes brasileiros nessa prova. Também foram consultados índices relativos ao endividamento da população junto ao SERSA. Tal procedimento tornou possível evidenciar a importância da educação financeira como instrumento que auxilia no processo de planejamento financeiro que visa a superação de situações de endividamento e propiciar o bem estar financeiro.

A pesquisa tem um caráter descritivo, sendo realizado um estudo exploratório tomando por método a pesquisa bibliográfica na qual foram obedecidas as seguintes etapas. Primeiramente se realizou a procura das fontes, sendo utilizada uma vasta gama de Artigos Científicos e Monografias e Dissertações de Mestrado, totalizando quarenta (40) arquivos todos encontrados por meio eletrônico. Esses arquivos foram selecionados de acordo tendo como critérios estarem em concordância a temática central que se refere à educação financeira do brasileiro e ter sido publicado a partir do ano de 2017.

Feita a seleção das fontes procedeu -se em seguida, a coleta de dados extraindo as ideias principais de cada artigo por meio de uma leitura aprofundada. Em seguida pode ser feita a etapa da análise e interpretação dos resultados com a finalidade de ordenar e sumariar as informações extraídas das fontes, de forma que estas possibilitem a obtenção de respostas aos problemas apontados pela pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa procurou refletir acerca das condições financeiras que afetam parcela considerável da população brasileira sob a ótica da educação financeira. Conclui-se assim que uma mudança nos índices de inadimplência e superendividamento aos quais estão submetidos muitos cidadãos somente será possível a partir de um amplo e integrado processo de educação financeira adotado na educação básica do país desde os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Sem dúvida, as atuais circunstâncias que envolvem os índices de endividamento da população são causadas por fatores múltiplos e complexos não se podendo ignorar a falta de uma política de educação financeira nacional. Pelos índices obtidos na avaliação do PISA pode-se perceber que os brasileiros apresentam um desempenho bem baixo em educação financeira e até mesmo em educação formal. A presença da temática nas principais diretrizes educacionais do país não tem se demonstrado mecanismo suficiente para que a educação financeira aconteça efetivamente nas escolas.

Há de ressaltar a importância da aprovação da Estratégia Nacional de Educação Financeira, mas para que ela possa ser posta em prática e ser aproveitada em toda sua totalidade será necessário a aprovação de legislação complementares que tratem a educação financeira como componente curricular obrigatório, o que infelizmente ainda não ocorreu. Enquanto isso, as sucessivas crises econômicas enfrentadas pelos países, continuam fragilizando as finanças do país e consequentemente da população que vê cada vez mais seu poder de compra reduzido graças às altas taxas de juro e à inflação. Sem outras alternativas, as pessoas procuram linhas de créditos que a fazem entrar em um ciclo vicioso de superendividamento.

A Lei 14.181/2021 nesse sentido, pode ser considerado um importante avanço na relação dos mais pobres com sua condição de dívidas. No entanto, a sua eficácia depende de uma ampla divulgação para que as pessoas passem a conhecer a lei e seus direitos, além é claro de uma política de educação financeira que torne o cidadão capaz de desenvolver uma construção crítica acerca da estrutura que o estimula ao constante endividamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, G. P. **A educação financeira no contexto dos anos iniciais do Ensino Fundamental**. 2020. Monografia - (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.
- ALVES, P. H.; COSTA, H. H. A. da S. da. Proposta de inclusão da educação financeira na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). **Redes- Recista Educacional de Sucesso**, v. 02, n. 01, p. 95–101, 2022.
- BAUMAN, Z. **Vida Para Consumo - A transformação das pessoas em mercadoria**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** Senado Federal. Brasília-DF, 1988.
- BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília-DF, 1996.
- BRASIL. **Decreto nº 5.685, de 25 de janeiro de 2006**. Institui o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização-Coremec. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União. Brasília-DF, 2006.
- BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília-DF, 2010.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. , 2018.
- BUSS, L. da S.; AMORIM, G. V. de. **Educação financeira: a importância da sua inclusão no processo de ensino aprendizagem desde o Ensino Fundamental**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso - (Licenciatura em Matemática) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2020.
- CARLO, M. I. da S.; CARVALHO, F. L. de. Competência financeira dos estudantes brasileiros: análise do PISA 2015. **Anais do 3º Congresso UFU de Contabilidade**, v. 03, n. 01, p. 01–16, 2019.
- CARLO, M. I. da S.; CARVALHO, F. L. de. Letramento financeiro dos estudantes brasileiros: análise do PISA 2015. **Revista de Administração da Unimep**, v. 19, n. 02, p. 01–23, 2021.
- CAUMO, B. R.; SOUZA, V. B. G. de. superendividamento dos consumidores como consequência da sociedade pós-moderna e sua regulamentação pela LEI nº 14.181/2021. **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR**, v. 24, n. 02, p. 181–203, 2021.
- CONTANI, E. A. do R.; ABREU, M. E. de S.; REIS, L. G. INFLUÊNCIA DO NÍVEL DE CONHECIMENTO FINANCEIRO SOBRE O PLANEJAMENTO E ENDIVIDAMENTO PESSOAL. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 9, n. 1, p. 134–158, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2318-9223.2021v9n1p134-158>

- CORDEIRO, N. J. N.; COSTA, M. G. do N.; SILVA, M. do N. Educação financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate**, v. 05, n. 01, p. 69–84, 2018.
- CUNHA, L. T. da. **Educação Financeira e a Formação dos Professores de Matemática**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso - (Licenciatura em Matemática) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.
- FANTIN, L. A. de B. **Ações do Estado para a promoção da educação financeira: uma análise da Estratégia Nacional de Educação Financeira- ENEF**. 2020. Dissertação - (Mestrado em Direito Político e Econômico)- Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.
- FERREIRA, G. de S. **Educação financeira escolar e a produção de quadrinhos: Uma Proposta Didática à luz da História da Matemática**. 2022a. Dissertação - (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.
- FERREIRA, T. R. **Relação entre planejamento financeiro pessoal com os níveis de endividamento de pessoas de baixa renda**. 2022b. Trabalho de Conclusão de Curso - (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018. (Edições 70).
- GIORDANO, C. C.; ASSIS, M. R. da S.; COUTINHO, C. de Q. e S. A Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular. **Em teia- Revista de Educação Matemática e Tecnológica iberoamericana**, v. 10, n. 03, p. 01–20, 2019.
- GONÇALVES, A. C. Z. D.; GONÇALVES, I. M. da S. **A Utilização de Tecnologias no Contexto da Educação Financeira Escolar**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso - (Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais para EPT) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- GUIMARÃES, R. F. **Importância da educação financeira no ensino infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. 2022. Dissertação - (Mestrado Profissional em Matemática) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni, 2022.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MORAES, F. A. de; FREITAS, C. C. G. F. Curso de educação financeira escolar: produto educacional para a formação de professores. **Em teia- Revista de Educação Matemática e Tecnológica iberoamericana**, v. 12, n. 02, p. 01–28, 2021.
- PEREIRA, F.; CAVALCANTE, A.; CAMPOS, R. Estudo de caso sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) no Brasil: uma panaceia em um contexto de financeirização? **Anaia do XXVII Encontro Nacional de Economia Política.**, v. 27, n. 01, p. 01–22, 2022.
- REIS, D. L.; FORNARI, M. S. B.; MARTINS, E. Finanças pessoais: a importância da educação financeira e a relação com outras áreas de finança. **Revista Eletrônica Calafiori**, v. 03, n. 01, p. 115–129, 2019.

RESEARCH XP. **Desenrola Brasil: programa de renegociação de dívidas pode ajudar a reequilibrar suas finanças.** [s. l.], 2023. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/desenrola-brasil-dividas-reequilibrar-financas/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

RIBEIRO, C. T. Agenda em políticas públicas: a estratégia de educação financeira no Brasil à luz do modelo de múltiplos fluxos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, n. 3, p. 486–497, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120190038>

SENA, F. S. M. de. **Conhecimento financeiro e aspirações educacionais na juventude: uma análise microeconômica com base no PISA 2015 e 2018.** 2021. Dissertação - (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

SERASA. **Mapa da inadimplência no Brasil e renegociação de dívidas no Brasil.** , 2022.

SILVA JUNIOR, I. Educação financeira como forma de solucionar o superendividamento a longo prazo com substrato na Lei nº 14.181/21. **Revista AVANT- Revista Acadêmica do Curso de Direito da UFSC**, v. 06, n. 01, p. 78–98, 2022.

SOARES, F. P.; MARCHITO, E. Educação financeira no Brasil: **Revista Vianna Sapiens**, v. 10, n. 2, p. 34–62, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.31994/rvs.v10i2.581>

SOUZA, E. C. de. **Aprendizagem baseada em projetos: uma proposta para a Educação Financeira.** 2021. Dissertação - (Mestrado em Economia)- Universidade Federal de Jataí, Jataí, 2021.

SOUZA, J. I.; FLORES, C. R. Intervenção Extemporânea para Construção de uma História da Educação Financeira. **Acta Scientiae**, v. 22, n. 6, p. 25–44, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/acta.scientiae.5816>

VANDERLEY, M. S.; SILVA, J. G. dos S.; ALMEIDA, S. A. de. Educação financeira na infância e adolescência e seus reflexos na vida adulta: uma revisão de literatura. **FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY JOURNAL**, v. 01, n. 20, p. 149–166, 2020.